

Ata da 2ª (segunda) reunião extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 da Câmara Municipal de Guanhões, realizada no dia 30 de janeiro de 2017 às 19:00 horas, sob a Presidência do Vereador Evandro Lott Moreira que cumprimentou a todos e solicitou ao senhor secretário que procedesse com a chamada inicial dos Vereadores a qual estava ausente o vereador Daniel de Souza Barroso, que enviou justificativa de sua ausência por não se encontrar presente no Município. Como houve número regimental declarou em nome de Deus abertos os trabalhos. O senhor Presidente registrou a presença de vários servidores da rede pública municipal, além de secretários municipais de diversas pastas e outros agentes políticos. Prosseguindo, os vereadores procederam com a oração do Pai Nosso para o bom andamento dos trabalhos. Em seguida, o senhor Presidente solicitou a leitura da emenda 01 apresentada ao Projeto de Lei 26/2016 que “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Guanhões para o exercício financeira de 2017. A emenda 01 foi colocada em discussão e posterior votação sendo por todos aprovada. Ato contínuo, foi solicitada a leitura dos pareceres das comissões permanentes e parecer contábil apresentado ao Projeto de Lei nº. 26/2016. Os pareceres foram colocados em discussão. A vereadora Dóris cumprimentou a todos e disse que apresentou parecer pois fazia parte da comissão de finanças, orçamento e tomadas de contas. Disse que na oportunidade da votação em 2016, deixou sua indignação pois seu nome foi desconsiderado quando da emissão do parecer. Disse ainda que a justificativa dada pelo jurídico da Câmara seria de que teria havido um erro na hora da impressão e que teria sido impresso erradamente o nome de seu suplente vereador Dermeval, desconsiderando o seu. Justificou a apresentação de parecer contrário a aprovação dizendo que houve grande discrepância de valores no Orçamento, como por exemplo nos valores destinados a secretaria de distritos, manutenção da torre de televisão, divergências nos valores dos subsídios dos secretarios de saúde e governo quanto aos demais. Disse que na última reunião foi falado em prejuízo de receita para o Município com a reprovação do Orçamento, mas que tem conhecimento que orçamento não é receita. Que a rejeição do Orçamento traria sim grande prejuízos ao Município, mas não a renúncia de receita. Lembrou que o

parecer contábil da Câmara não opina pela aprovação do projeto e sim, o encaminha para as comissões permanentes. Disse que votou pela anulação da votação em respeito aos servidores. Disse que, se não é inconstitucional, porque do projeto ser levado a apreciação e não poder ser reprovado. Disse que um vereador só, não rejeita projeto, que a Câmara rejeitou o projeto, assim como a Câmara está o votando novamente. O vereador Geraldo tomou a palavra e disse que a Câmara possui treze vereadores que devem lutar pelos direitos do povo. Disse que o Município precisa do Orçamento para poder trabalhar. Disse que sempre votará consciente, com honestidade e com transparência. O vereador Mauro da Conceição, tomou a palavra, cumprimentou a todos e disse que irá votar pelo bem de todos e não só por uma classe. Que o jurídico da Câmara está a disposição para esclarecimentos de dúvidas da população e não somente dos vereadores. O vereador Carlos Aparecido cumprimentou a todos e disse que este é um momento de muita responsabilidade pois a Câmara está votando o Orçamento do Município. O vereador Osmar tomou a palavra, e disse que o subsídio dos secretários estão definidos em lei própria e que é um valor fixo para todos os secretários, ao contrário do que disse a vereadora Dóris. Disse que dentro dos gastos com publicidade, estão inclusos gastos com campanhas da área da saúde e que os valores apresentados no Orçamento são estimados. Disse que a Secretaria de Distrito é uma secretaria que não tem o poder de executar e que por isso não entende ser pouco o valor destinado a mesma no Orçamento. Completou que o Executivo tem o poder de suplementar valores de uma secretaria para outra, com autorização do Legislativo. Disse que sempre votará com transparência e pelos direitos do povo. O senhor Presidente tomou a palavra e disse que o nome da vereadora Dóris não foi desconsiderado na emissão do parecer, o que houve, foi que a mesma apresentou parecer de forma individual. Disse que a secretaria de distrito se trata de uma secretaria meramente administrativa que não tem poder de execução. Disse que o valor de seiscentos mil citados pela vereadora Dóris se trata de todo valor estimado para a pasta de comunicação do município e que com publicidade está estimado aproximadamente duzentos mil. Que os quatrocentos mil restantes são para gastos com campanhas de prevenção, servidores da comunicação e outros.

Disse que o valor para compra de medicamento se destinam a compra de medicamentos suplementares que não são fornecidos pelo Estado. Disse que é muito fácil rejeitar o Orçamento, pois as consequências são impostas ao gestor do Município. Disse que os vereadores precisam assumir que votaram e as consequências de seus votos. Citou por exemplo que quando foi votado o pagamento de 13º salário para os vereadores, aqueles que votaram contra foram os primeiros a receber. O vereador Nelci tomou a palavra, cumprimentou a todos, principalmente sua companheira de campanha Filomena Generoso, e pediu união aos vereadores para votar um projeto que a tanto tempo delonga na Casa. O vereador Nivaldo cumprimentou a todos e disse que não existe a possibilidade de pagamento diferenciado para os secretários, pois o subsídio dos mesmos são definidos em lei própria, Lembrou que no ano de 2016 o Município não chegou a usar o valor total previsto para a secretaria de distritos e que a secretaria de obras é que realmente arca com os custos das obras. Disse que ainda é previsto a suplementação de uma secretaria para outra com a autorização da Câmara. Pediu aos vereadores que lutem e corram atrás de seus deputados para que apresentem emenda para captação de recursos para a saúde e educação no Município. O presidente da Casa lembrou que foi citado a ausência de prestação de contas do Executivo mas que todas elas estão protocoladas nesta Casa em data anterior a votação do Orçamento. Os pareceres foram colocados em votação sendo por todos aprovados. Logo após, o Projeto de Lei 26/2016 foi colocado em discussão e posterior votação sendo por todos aprovados. O senhor Presidente ainda convidou a população para estar presente em todas as sessões da Câmara. Encerrados os expedientes em pauta, o senhor presidente solicitou a chamada final dos vereadores que de acordo com a inicial estava ausente o vereador Daniel de Souza Barroso. Nada mais há tratar , eu secretário, lavrei a presente ata que depois de lida, se aprovada, segue assinada por todos os vereadores presentes. Sala das Sessões, aos de 30 de janeiro de 2017.